



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

ANO 17 Nº 4
Abril de 2008

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Calçados em busca de nova inserção internacional

A busca continuada por formas de redução dos custos do trabalho na indústria calçadista, haja vista a reduzida possibilidade de automatização de várias tarefas do processo produtivo, e a necessidade de produção de grandes volumes para o segmento de consumo de massa acabaram consolidando a Ásia como o grande provedor mundial de calçados. Conforme informações da Abicalçados, em 2005, a Ásia foi responsável por 83% da produção mundial de calçados, com destaque para a China, que fabricou nove bilhões de pares de calçados em suas 18.000 fábricas e exportou um pouco acima da metade do volume mundial comercializado (53%). O Brasil é o terceiro produtor mundial de calçados e o único país não asiático entre os sete maiores produtores.

No início dos anos 90, a maior exposição da economia brasileira à concorrência externa impactou fortemente a indústria calçadista local. Ao longo do ajuste que se seguiu, as empresas passaram a investir em processos e produtos, buscando reduzir custos e racionalizar a produção. Uma estratégia importante foi o deslocamento de plantas das regiões produtoras tradicionais (Vale do Sinos-RS e região de Franca-SP) para a Região Nordeste, atraídas por uma mão-de-obra mais barata e por incentivos fiscais. A exportação de calçados, no entanto, continuou sendo realizada primordialmente pelas regiões produtoras originais por mais uma década, sofrendo os efeitos da valorização e da desvalorização do real e de uma conjuntura internacional em que mercados tradicionais se viam tomados pelos produtores asiáticos, especialmente os chineses, cujos calçados eram comercializados a preços baixos imbatíveis.

O avanço dos calçados asiáticos e o processo de valorização do real iniciado em 2004 impulsionaram a utilização de estratégias que trouxessem uma nova inserção internacional da indústria brasileira de calçados, dentre elas: a diversificação de mercados e a ampliação do

mercado externo; o foco na fabricação de produtos diferenciados de maior valor agregado destinados a nichos de mercado, através de investimentos em *design* e produtos de moda; e a comercialização com marca própria em substituição ao regime de subcontratação antes majoritariamente utilizado.

O exame da evolução das exportações de calçados gaúcha e brasileira (ver tabela) mostra o resultado positivo dos esforços realizados. Apesar das perdas expressivas ocorridas nas vendas externas, em número de pares, principalmente no Rio Grande do Sul, especializado na produção de calçados de couro femininos, em sua maior parte direcionada para o mercado externo, os valores exportados em 2007 são semelhantes aos de 2004, em decorrência do aumento do preço médio de exportação para todos os países selecionados, que compensou, em grande medida, os efeitos do real valorizado. O movimento na direção de segmentos de produtos de moda, cujos calçados possuem maior qualidade e preço e nos quais se têm concentrado os investimentos em estilo, *design* e consolidação de marca própria, abriu novos nichos de mercado para o calçado brasileiro, compensando as perdas de participação em mercados compradores de calçados de menor preço, ocupados pelos fabricantes chineses. Em termos de diversificação de mercados, os dados mostram a redução da participação dos EUA paralelamente ao crescimento das vendas para países europeus (Reino Unido, Itália e Espanha) e latino-americanos (Argentina e Venezuela).

Pelo lado das importações, é possível conferir o notável crescimento da participação da China e dos demais países produtores e exportadores asiáticos nas compras externas gaúchas e brasileiras desse produto. A expansão dessas importações, impulsionada pela desvalorização do dólar, vem preocupando a indústria calçadista doméstica, pois concorre com o produto nacional no mercado interno.

Exportações e importações de calçados, segundo os principais países de destino e de origem, no RS e no Brasil — 2004 e 2007

PRINCIPAIS PAÍSES	RIO GRANDE DO SUL				BRASIL			
	2004		2007		2004		2007	
	Valor (US\$ 1 000)	Pares (1 000)	Valor (US\$ 1 000)	Pares (1 000)	Valor (US\$ 1 000)	Pares (1 000)	Valor (US\$ 1 000)	Pares (1 000)
Exportações	1 274 483	119 894	1 215 224	69 814	1 814 012	212 460	1 911 750	177 052
Estados Unidos	837 994	73 039	540 230	29 873	1 027 185	97 763	717 492	49 095
Reino Unido	119 148	7 502	166 021	7 931	136 202	9 539	229 884	12 196
Argentina	43 906	5 875	52 607	4 976	104 702	15 388	166 448	18 264
Itália	9 163	642	76 567	3 460	14 029	2 361	83 507	5 493
Espanha	21 083	2 057	36 447	1 928	37 816	5 383	57 500	5 347
Venezuela	6 510	852	22 115	1 645	13 978	3 531	66 580	9 693
Demais países	236 679	29 927	321 237	20 001	480 100	78 495	590 339	76 964
Importações	6 079	627	12 111	2 051	65 284	8 895	209 477	28 668
China	4 999	497	10 862	1 813	45 853	7 283	148 844	24.512
Vietnã	384	25	302	16	4 829	333	29 240	2.009
Indonésia	32	3	137	6	4 434	384	11 798	793
Demais países	664	102	810	216	10 168	895	19 595	1 354

FONTE: MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Silvia Horst Campos (FEE/CEES)

A distribuição dos recursos do Salário-Educação

O Salário-Educação, criado em 1964, é uma contribuição social proveniente de todas as empresas vinculadas à Previdência Social, salvo as exceções delimitadas pela lei, que recolhem, mensalmente, 2,5% sobre a folha de pagamento. Os recursos são canalizados para o desenvolvimento do ensino básico.

Arrecadação bruta do Salário-Educação e distribuição das quotas estadual e municipal no Brasil e nos estados da Região Sul — 2007

ESTADOS DA REGIÃO SUL E BRASIL	QUOTA ESTADUAL (R\$ milhões)	QUOTA MUNICIPAL (R\$ milhões)	TOTAL (R\$ milhões)	% DO TOTAL
Paraná	131,6	106,2	237,8	5,6
Rio Grande do Sul	152,0	108,5	260,5	6,1
Santa Catarina	97,2	77,9	175,1	4,1
Região Sul	380,8	292,6	673,4	15,8
Brasil	2 253,2	2 000,4	4 253,6	100,0

FONTE: MEC.

O recolhimento mensal dessa contribuição é transferido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para repartição das quotas, ou seja, quota federal (um terço), quotas estadual e municipal (dois terços). Esses dois terços são distribuídos de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das respectivas redes. Em 2007, o total bruto arrecadado chegou a R\$ 7,2 bilhões (Ministério da Educação e Cultura (MEC)), e o somatório das quotas estadual e municipal para todo o Brasil alcançou o valor de R\$ 4,3 bilhões.

Os estados da Região Sul ficaram com R\$ 673,4 milhões (15,8%); e o RS, com R\$ 260,5 milhões (6,1%). As estimativas para 2008 (MEC) são de que o total dos dois terços do Salário-Educação alcance R\$ 5,3 bilhões.

Na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Tributária que o Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional em fevereiro deste ano, foi inserida a extinção do Salário-Educação, o que, na visão dos gestores municipais, acarretará prejuízo. Para o MEC, entretanto, a educação será compensada por novas fontes de arrecadação.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

Estrangulamentos, déficits e riscos do setor elétrico brasileiro em 2010 e 2011

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) cria um fato político, isso é inegável, pois ele envolve grande quantidade de recursos para investimentos nos próximos anos. Dos seus R\$ 503,9 bilhões em investimentos entre 2007 e 2010, 54,5% estão previstos para o setor energético, sendo R\$ 78,4 bilhões para o setor elétrico. Dado esse quadro, a pergunta que se impõe é: o sistema elétrico corre risco de desabastecimento no período?

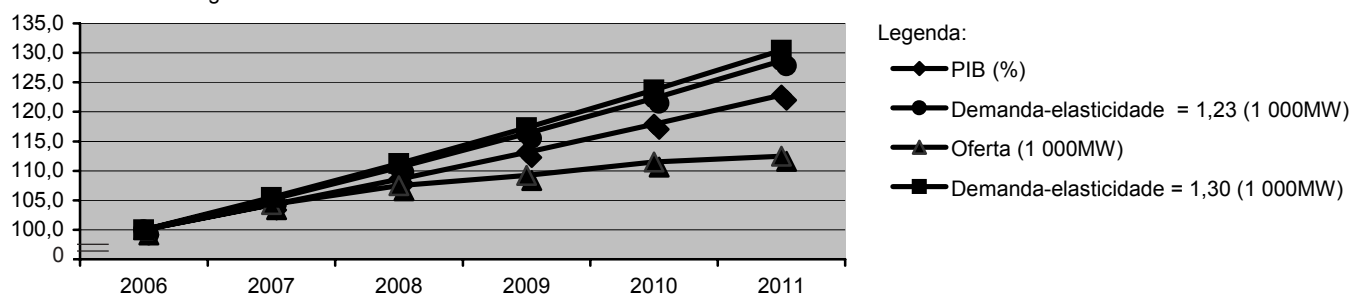
Em recente artigo publicado pelo IPEA, os autores estimam que o risco de desabastecimento deve saltar de 4,5% para 10,0% nos anos de 2010 e 2011, enquanto, para o Instituto Acende Brasil, o risco é de 8% a 14%. Em ambos os casos, a estimativa de risco é substancialmente superior ao limite de 5% admitido pela Operadora Nacional do Sistema. Tomando como base estudos anteriores, que estimam um crescimento do PIB de 4,2% a.a., e considerando uma

elasticidade-renda da energia elétrica de 1,23, calcula-se um déficit de abastecimento de 9,7% e 14,3% para os mesmos anos. Utilizando-se a elasticidade-renda de 1,3 adotada pelo PAC, os déficits sobem de 10,9% para 16,0%.

Contribuem para essa composição a baixa agregação de usinas hídricas e a dificuldade de abastecer as térmicas a gás natural. Alternativamente, e na contramão, poderão ser mobilizadas as termelétricas a óleo combustível, a diesel ou a carvão mineral, com altos custos operacionais e ambientais.

No leito de uma possível crise na economia norte-americana, uma redução significativa na taxa de crescimento do PIB brasileiro poderá evitar o desabastecimento do setor, à custa de altos níveis de desemprego.

Estrangulamentos do setor elétrico no Brasil — 2010-2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPEA.
PAC.
ANEEL.
NOTA: O PIB tem como base 2006 = 100.

Jaques A. Benssusan (FEE/CEES)

Carta de Conjuntura - Ano 17 nº 4

Perspectiva negativa para a lavoura gaúcha em 2008

Estatísticas recentes da previsão da safra agrícola gaúcha (informações até fevereiro) revelam que o setor lavoureiro terá um desempenho bastante inferior neste ano, em comparação ao do ano anterior, afetando negativamente o crescimento do PIB de 2008.

Embora ainda em caráter preliminar, a previsão inicial da safra gaúcha apresenta um crescimento negativo dos principais produtos, conforme se pode visualizar na tabela.

Crescimento do valor da produção de culturas selecionadas do Rio Grande do Sul — 2007 e 2008 (%)

CULTURAS	VARIÇÃO DA PRODUÇÃO	
	2007	2008 (1)
Arroz	-6,5	12,3
Cana-de-açúcar	1,2	1,1
Fumo	2,1	-5,7
Maçã	1,4	1,1
Mandioca	6,3	-1,1
Milho	32,3	-6,3
Soja	31,5	-17,4
Trigo	110,1	-11,6
Média culturas selecionadas	15,8	-6,1

FONTE: LSPA-IBGE.

FEE/NCS.

(1) Estimativas preliminares.

Das oito principais culturas agrícolas, que perfazem aproximadamente 89% do valor da produção da lavoura em 2007, o arroz, a maçã e a cana-de-açúcar apresentam previsão de crescimento em sua produção. Todas as demais têm previsão de queda em sua produção física, sendo que a soja é a que tem a maior perspectiva de acréscimo — 17% inferior à do ano anterior —, seguida do trigo com -12% e do milho com -6%.

Dentre os fatores que influenciaram esse comportamento, podem-se salientar o climático, que não está sendo tão favorável como em 2007, e a base de comparação extraordinariamente alta, já que a safra anterior foi uma das maiores colhidas no Estado, nos últimos anos.

Estima-se um impacto médio no valor da produção dessas oito culturas ao redor de -6,1%. No ano anterior, elas apresentaram desempenho excepcional, com crescimento médio do valor da produção de 15,8%. Como os custos de produção da safra não irão cair, há uma previsão de queda para o Valor Adicionado ainda maior que a do valor da produção.

De outra parte, no Rio Grande do Sul, o desempenho do setor agrícola tem uma forte influência no crescimento dos demais setores, seja pela importância de sua cadeia agroindustrial, seja pelas atividades decorrentes de comercialização, de transporte, além de geração de empregos. Assim, esses resultados preliminares sobre a safra agrícola estadual de 2008 permitem prever para o ano, diferentemente do que inicialmente se esperava, um desempenho inferior ao projetado para a economia brasileira.

Sérgio Fischer (FEE/CIE)

A expansão do crédito em 2007

O crédito bancário cresceu 27,3% em 2007, ou seja, uma expansão maior do que em 2006, quando aumentou 20,7%. A soma dos empréstimos (recursos livres mais direcionados) chegou a, aproximadamente, R\$ 935 bilhões em dezembro desse ano, isto é, 34,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, percentual muito próximo ao recorde registrado em 1995, no *boom* do crédito do Plano Real, quando chegou a 35,1% do PIB.

Em 2007, o segmento do crédito que mais avançou foi o de pessoas jurídicas, com um crescimento de 30,3%, bem acima dos 17,4% observados no ano anterior. As operações de pessoas físicas aumentaram 25,5% em 2007, numa ligeira aceleração em relação aos 23,6% ocorridos em 2006. Os empréstimos para empresas lideraram o mercado de crédito, pois, com a queda nas taxas de juros, os financiamentos bancários se tornaram mais competitivos frente às outras alternativas disponíveis, tais como captações internacionais e operações do BNDES.

Para 2008, as perspectivas são de um mercado de crédito menos aquecido, em função de fatores como a crise internacional, a expectativa de alta da taxa Selic (principalmente no segundo semestre deste ano) e o aumento das alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os empréstimos bancários. Também neste ano, segundo a pesquisa de expectativas da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), deverá ocorrer uma inversão na composição do crédito, em relação a 2007, uma vez que o seu resultado aponta um aumento do crédito para pessoas físicas de 25,7% e do para pessoas jurídicas de 19,5%.

Operações de crédito em relação ao PIB do Brasil — 2007

MESES	% DO PIB
Jan.	30,7
Fev.	30,9
Mar.	31,1
Abr.	31,6
Mai	31,9
Jun.	32,1
Jul.	32,4
Ago.	32,8
Set.	33,0
Out.	33,6
Nov.	34,3
Dez.	34,8

FONTE: Banco Central.

Edison Marques Moreira (FEE/CEES)

A indústria de celulose e papel no Brasil: oportunidades aproveitadas, desafios futuros

A indústria tradicional de papel — localizada na Europa e nos Estados Unidos — enfrentou desafios importantes ao longo da década de 90, cuja resposta implicou mudanças estruturais profundas, que passaram a impactar diretamente a economia brasileira e, recentemente, a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No campo dos desafios, tem-se presente a concorrência que lhe vem fazendo a mídia eletrônica, o comportamento medíocre dos preços internacionais do papel em geral (gráfico) e o aumento da concorrência em âmbito mundial, protagonizada por um grupo de *late-comers*, constituído principalmente por países asiáticos.

A resposta dada pela indústria tradicional relaciona-se estreitamente a mudanças no suprimento da matéria-prima. Nesse campo, ocorreu uma extraordinária diversificação geográfica do abastecimento da pasta de celulose para fabricação do papel, acompanhada da exploração em escala crescente de novas espécies florestais, cujo melhor exemplo se encontra na fibra obtida a partir da madeira do eucalipto. As novas condições de produção resultaram em uma pasta celulósica de maior e crescente produtividade, portanto, de custos menores e decrescentes.

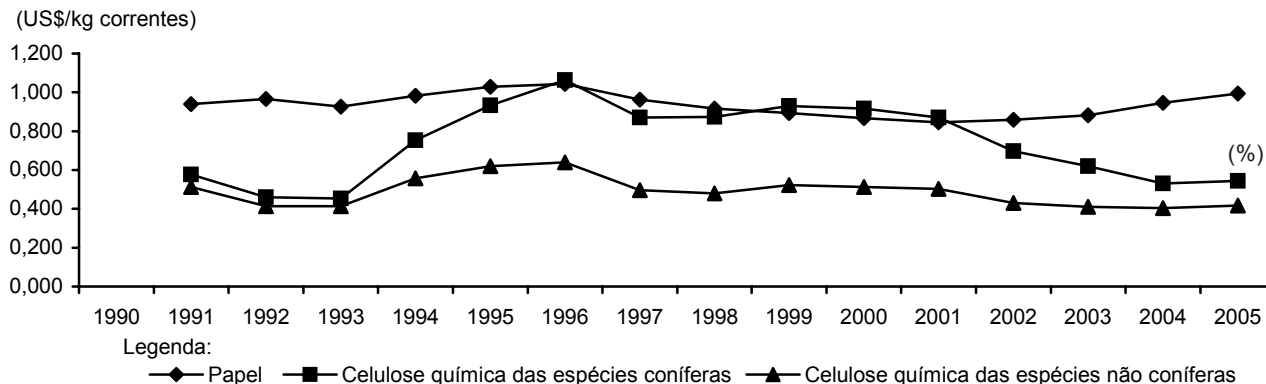
O Brasil é tradicional exportador nesse segmento de matéria-prima. Desde 1990, pelo menos, aparece nas cinco primeiras posições (terceiro lugar em 2006) do *ranking* dos maiores exportadores mundiais de polpa de madeira para papel. No segmento produtor de fibra de eucalipto, ele é líder mundial, e, no momento, processa-se um

importante aumento da capacidade instalada no setor, contemplando o Rio Grande do Sul.

Para os produtores de celulose, como o Brasil e a Indonésia, a entrada forte da China no mercado internacional como comprador foi um fator propulsor das exportações. O País, a partir de 1998, passou a constar da lista dos cinco maiores compradores mundiais da *commodity*, subindo de posição até ocupar a liderança das importações em 2002. Em 1992, o valor em dólares das importações de pasta de celulose da China somava 1%; em 2006, 19,7% do total do comércio mundial. O Brasil e a Indonésia forneceram, em conjunto, 51% da matéria-prima proveniente das espécies florestais não coníferas àquele país, ocupando o segundo e o primeiro lugar, respectivamente, na lista dos seus fornecedores. A importância chinesa no mercado internacional de papel, por seu lado, é inexpressiva com relação ao da celulose, tendo sofrido redução de 3,4% para 2,9% entre 1992 e 2006. As diferenças podem estar associadas a esforços de industrialização naquele país.

O Brasil, sob a liderança de grandes grupos produtores nacionais e internacionais, soube inegavelmente se aproveitar de um mercado global de matérias-primas em franca expansão. Se o comportamento do volume físico das exportações de papel mantiver o dinamismo dos últimos anos, não há motivo para que o País não venha a ocupar outra posição na divisão internacional do trabalho, exportando mercadorias de maior valor agregado, como, no caso, papel.

Médias móveis trienais centradas dos preços das exportações mundiais de papel e celulose — 1990-05



FONTE: UNcomtrade — United Nations Commodity Trade Statistics Database.

NOTA: 1. Preços médios ponderados dos principais itens de papéis exportados, posições 4802, 4810, 4811, 4818 e 4819.

2. Preços médios da celulose química das espécies coníferas — pínus, por exemplo — branqueada, posição 4703.21.

3. Preços médios da celulose química das espécies não coníferas — eucalipto, por exemplo — branqueada, posição 4703.29, onde estão incluídas as exportações brasileiras.

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 04.04.08).

ISSN 1517-7262

A *Carta de Conjuntura FEE* é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.